



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.150-000 - Serraana-SP

www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO 1º QUADRIMESTRE DE 2025

1 Introdução

Em atenção à Lei Complementar Municipal 568/2023, em seu art 8º, § 3º, na qualidade de responsável pelo Controle Interno Municipal de Serraana, conforme Portaria nº 807/2017, de 29 de Maio de 2017 apresento em conformidade com o regramento previsto nos Artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o relatório referente ao **1º quadrimestre do exercício de 2025**.

Destaca-se que a atuação deste controle interno carece de dedicação exclusiva e melhor estrutura de apoio, visto que atualmente o exercício da função fica restrito ao acompanhamento amostral e à captação de retornos sobre apontamentos já feitos em relatórios anteriores, junto aos responsáveis de cada setor.

Não há rotina de notificação à este controle interno, pelo chefe do poder executivo, dos relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas.

Item	Questão	Método	Em conformidade?	Explicação/Relato/Justificativa
2 Peças de Planejamento Orçamentário				
2.1	Foram realizadas audiências públicas na fase de elaboração das peças de planejamento orçamentário (Art. 48, § Único, Inciso I da LRF) vigentes no período examinado?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
2.2	As peças de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) vigentes, encontram-se em conformidade com as disposições contidas no Artigo 165 e 167 da Constituição Federal, bem como Artigos 4º e 5º da LRF e Artigo 15 da Lei Federal nº 4320/64?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
2.3	As peças de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) vigentes, estabelecem, por programa de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas de forma que permitam avaliar os resultados das ações governamentais?	E-mail	NÃO	Fonte: Contabilidade
2.4	Existe compatibilidade entre os programas de governo previstos no PPA e aqueles constantes da LOA vigente?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
2.5	As metas físicas e indicadores definidos nas peças de planejamento orçamentário vigentes, possuem clareza suficiente para identificar o objetivo do programa de governo?	E-mail	NÃO	Fonte: Contabilidade
2.6	Na execução do orçamento, algum programa governamental vem apresentando metas físicas bem abaixo daquelas previstas nas peças de planejamento orçamentário?	E-mail	NÃO	Fonte: Contabilidade
2.7	Na execução do orçamento, algum programa governamental vem apresentando custos bem acima daqueles previstos nas peças de planejamento orçamentário?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Diretoria da Fazenda
2.8	Na execução do orçamento, algum setor governamental vem apresentando insuficientes indicadores de gestão?	E-mail	NÃO	Fonte: Contabilidade
2.9	As alterações orçamentárias estão devidamente amparadas por autorizações legislativas, havendo lei específica para transposições, remanejamento e transferências?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade

2.10	Há controle dos limites de alterações orçamentárias (suplementações, transposições, remanejamento e transferências) feitas por decreto?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
2.11	O encerramento do exercício contábel e fiscal do dois últimos quadrimestres, se deram no prazo regular, sem atraso para a transmissão ao sistema AUDESP.	E-mail	NÃO	Fonte: Contabilidade
3 A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal				
3.1	O Serviço de Informação ao Cidadão vem cumprindo suas funções institucionais, fornecendo de forma tempestiva e objetiva as informações que lhes foram solicitadas (Lei Federal nº 12.527/11)?	E-mail	NÃO	O sistema atual e-SIC apresenta limitações de usabilidade e não atende de forma plenamente satisfatória aos requisitos da Lei Federal nº 12.527/2011(Lei de Acesso à Informação). Para solucionar essa situação, estamos em processo de migração para uma nova plataforma, mais intuitiva e eficiente, que proporcionará uma melhor experiência tanto para os cidadãos quanto para os servidores responsáveis pelo atendimento, otimizando o processamento e a resposta às solicitações Fonte: Diretoria de TI)
3.2	Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e despesas realizadas, indicando valor, fornecedor e se for o caso, o tipo de licitação realizada (Artigo 48-A da LRF)?	E-mail	SIM	As informações referentes às receitas arrecadadas e às despesas realizadas, incluindo valores, fornecedores e, quando aplicável, os dados sobre os processos licitatórios, estão disponíveis em tempo real na página eletrônica oficial, em conformidade com o Art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal. Fonte: Diretoria de TI)
4 Execução financeira				
4.1	Os registros de receitas e despesas foram efetuados de forma tempestiva e em conformidade com o plano de contas e demais regramentos previstos na Lei Federal nº 4.320/64?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.2	As receitas arrecadadas e as despesas realizadas estão em consonância com a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso previsto para o período em análise (Artigo 8º da LRF)?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.3	Estão sendo observados os alertas recebidos do Tribunal de Contas do Estado sobre eventual descompasso entre receitas e despesas?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.4	Existe um gerenciamento favorável no pagamento das dívidas de curto e longo prazo da entidade, inclusive precatórios? Tais dívidas estão corretamente contabilizadas?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.5	Os registros da tesouraria estão atualizados, isso através de conciliações bancárias mensalmente efetuadas?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
5 Receitas Próprias				
5.1	Foram instituídos e efetivamente arrecadados todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (Artigo 11 da LRF)?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.2	Houve concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sem que fossem observados os regramentos previstos no Artigo 14 da LRF?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda

5.3	O Cadastro Fiscal Mobiliário e Imobiliário está organizado e atualizado? A Planta Genérica de Valores está atualizada?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.4	A Fiscalização Tributária vem cumprindo seu papel institucional mediante o exercício de efetivas fiscalizações junto a seus contribuintes?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.5	A recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa vem ocorrendo de forma satisfatória?	E-mail	NÃO	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.6	Os valores inscritos em dívida ativa estão sendo corretamente contabilizados, sofrendo as devidas atualizações monetárias?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.7	Os cancelamentos dos créditos inscritos em dívida ativa estão adequadamente justificados?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
6 Receitas Vinculadas				
6.1	As receitas vinculadas a despesas específicas, como Multas de Trânsito, Royalties, CIDE, CIP, etc. estão sendo adequadamente aplicadas no objeto de sua vinculação, através da utilização de contas correntes bancárias específicas?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
7 Despesas				
7.1	No processo de geração de despesas estão sendo obedecidas as fases de empenho, liquidação e pagamento?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
7.2	Os processos de despesas estão devidamente formalizados, contendo a identificação do requisitante, a justificativa para a aquisição dos produtos e/ou serviços e os orçamentos previamente efetuados?	E-mail	SIM	As requisições encaminhadas ao departamento cumpren a todos dispositivos exigidos pela Lei de Licitações. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.3	Está sendo observada a adequada modalidade de licitação, havendo preferência para o Pregão?	E-mail	SIM	Preferência em Pregões Eletrônicos para os processos. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.4	Os procedimentos licitatórios estão sendo corretamente formalizados, em especial amparados em sólida pesquisa de mercado, com seus editais amplamente divulgados, contendo uma correta e objetiva descrição de seu objeto e sem cláusulas restritivas?	E-mail	SIM	As cotações e editais cumprem as normas da Lei de Licitações. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.5	Os contratos estão sendo devidamente formalizados e executados?	E-mail	SIM	A formalização dos contratos atendem as normas da Lei de Licitações. Referente a execução dos contratos, são acompanhados pelos gestores e fiscais de contratos. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.6	Existe observância à ordem cronológica das exigibilidades prevista na legislação vigente?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
7.7	Existe controle dos limites de compras e contratações realizadas por Dispensa de Licitação?	E-mail	SIM	O controle é realizado. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.8	As contratações terceirizadas com características de seção de mão-de-obra, estão sendo consideradas no índice de despesas com pessoal?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
7.9	Foram realizados parcelamentos com autorização legislativa no período? Qual o procedimento adotado para com os empenhos	E-mail	SIM	Não foram realizados parcelamentos com autorização legislativa no período. Fonte: Diretoria da Fazenda

7.10	Há retenção de I.S.S. e I.R., sobre serviços contratados?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
8 Limites Constitucionais e Legais				
8.1	O Poder Executivo vem observando os limites impostos pela LRF em relação às despesas com pessoal, endividamento, concessões de garantia e operações de crédito (inclusive ARO)?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
8.2	Considerando o volume de receitas e despesas do período examinado, houve atendimento aos limites educacionais impostos pelo Artigo 212 da Constituição Federal e Artigo 60, Inciso II do ADCT?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
8.3	Considerando o volume de receitas e despesas do período examinado, houve atendimento ao piso constitucional de 15% para a Saúde?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
9 Demais Aspectos Relacionados à Educação e Saúde				
9.1	O Município já conta com o Plano Municipal de Educação e com o Plano de Carreira e Valorização do Magistério?	E-mail	SIM	Os Planos estão adequados com a legislação vigente. Fonte: Secretária da Educação
9.2	Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior específica, sendo sua remuneração adequada com o Piso Nacional?	E-mail	SIM	Quase 100% dos professores têm formação superior e maioria é pós-graduado. O município já adequou o piso do magistério ao piso nacional, através de lei específica. Fonte: Secretária da Educação
9.3	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Alimentação Escolar foram devidamente constituídos e vêm cumprindo as atribuições de sua competência?	E-mail	SIM	Todos os conselhos estão com seus mandatos em vigência e cumprindo suas funções. Fonte: Secretária da Educação
9.4	O Município vem atingindo as metas para o IDEB?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Secretária da Educação
9.5	Há demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino?	E-mail	SIM	Nesta data a demanda é de 42 vagas para as creches municipais. Fonte: Secretária da Educação
9.6	As unidades escolares possuem toda a infraestrutura necessária ao adequado desenvolvimento de suas atividades?	E-mail	SIM	As escolas estão todas climatizadas, equipadas com aparelhos de multimídia e recebendo materiais e brinquedos didático-pedagógicos, além de equipamentos e eletrodomésticos. Fonte: Secretária da Educação
9.7	A Secretaria Municipal de Educação possui um mapa das salas, indicando os profissionais responsáveis e os alunos atendidos por turma?	E-mail	SIM	Fonte: Secretária da Educação
9.8	O Conselho Municipal de Saúde foi devidamente constituído e vem cumprindo as atribuições de sua competência?	E-mail	SIM	Fonte: Secretário da Saúde
9.9	Há demanda reprimida para a realização de consultas médicas e exames laboratoriais na Rede Municipal de Saúde?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Secretário da Saúde
9.10	As unidades de saúde possuem toda a infraestrutura necessária ao adequado desenvolvimento de suas atividades?	E-mail	PARCIAL	Fonte: Secretário da Saúde
9.11	Há médicos credenciados atendendo nos E.S.F's? O auditor médico fiscaliza a execução dos contratos dos médicos credenciados?	E-mail	SIM	Existem médicos credenciados, porém sem auditoria do médico auditor (Fonte: Secretário da Saúde)
10 Quadro de Pessoal				

10.1	O quantitativo de servidores efetivos e comissionados corresponde ao número de cargos criados por lei? Há definição de suas atribuições por lei? Há servidores em desvio de função?	E-mail	PARCIAL	Existem servidores em desvio de função motivados por restrições médicas, e outros casos em separados que estão listados para adequação na reforma administrativa que irá estabelecer descrição de cargo e atribuições conforme a legislação. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.2	Os cargos em comissão possuem os atributos de direção, chefia ou assessoramento exigidos pelo Artigo 37, V da Constituição Federal?	E-mail	PARCIAL	Estão enquadrados para adequação por meio da reforma administrativa. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.3	As admissões em caráter temporário foram devidamente justificadas?	E-mail	SIM	Foram admissões em caráter excepcional conforme demandas das Secretarias. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.4	Existem controles de presença dos servidores?	E-mail	SIM	O controle de ponto dos servidores é realizado por sistema biométrico, e onde não há o relógio biométrico, o controle é feito por anotação de ponto. Há previsão orçamentária no ano de 2025, para aquisição de novos leitores biométricos faciais e atualização do sistema de pontos. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.5	A remuneração dos agentes políticos e dos servidores encontram-se dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos (vencimentos, gratificações, adicionais, etc), havendo observância ao teto constitucional?	E-mail	SIM	Estão observados os limites constitucionais. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.6	Os encargos sociais estão sendo devidamente recolhidos?	E-mail	SIM	Fonte: Diretoria da Fazenda
10.7	Foi pago adicional por horas extraordinárias, por período superior à 90 dias, a algum servidor?	E-mail	SIM	Devido à necessidade de continuação dos trabalhos, conforme demanda das Secretarias. (Fonte: Diretoria Administrativa)
11 Demais aspectos				
11.1	Existem registros confiáveis quanto à exata identificação e localização dos bens de caráter permanente?	E-mail	SIM	Fonte: Contabilidade
11.2	Os controles de entrada, saída e estoque físico dos produtos em estoque são adequadamente elaborados?	E-mail	SIM	Conforme requisições via sistema e acompanhamento dos servidores do almoxarifado. (Fonte: Diretoria de Suprimentos)
11.3	Estão sendo observados os alertas, recomendações e determinações do Tribunal de Contas, bem como aquelas efetuadas pelo próprio Sistema de Controle Interno?	E-mail	PARCIAL	
11.4	A Defesa Civil do Município está cumprindo seu papel de proteção e defesa da comunidade?	E-mail	SIM	Fonte: Defesa Civil Municipal
11.5	Os adiantamentos para despesas emergenciais estão seguindo os ritos legais e suas prestações de contas estão em conformidade com o regramento vigente?	Análise	SIM	Fonte: Contabilidade
11.6	Os termos de colaboração da Santa Casa estão sendo executados em conformidade? Há auditoria das contas?	E-mail	INCONCLUSIVO	Até o fechamento deste relatório, a Secretaria da Saúde não havia respondido esse item.
11.7	As comissões de monitoramento e fiscalização dos termos de fomento e colaboração estão atuando de acordo com o regramento vigente?	Relatórios	PARCIAL	
11.8	Existente plano de segurança contra Cyberataques e backups dos arquivos municipais?	E-mail	NÃO	O Plano de Segurança da Informação, com medidas específicas para prevenção contra cyberataques e a gestão de backups dos arquivos municipais, está em fase de elaboração, integrado ao desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). A previsão de conclusão é até o final de julho de 2025. Fonte: Diretoria de TI
11.9	Denúncias recebidas na ouvidoria sobre conduta de servidores	E-mail	SIM	Sem registros

11.10	Existe um plano de compras em atendimento à Lei 14.133/2021		SIM	Plano de Compras elaborado Anual pelas Secretarias Municipais. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
11.11	Observações do Controle Interno		PARCIAL	Este controle interno não tem sido cientificado das providências tomadas pelo executivo referentes aos apontamentos de seus relatórios.

Em face dos apontamentos acima elencados, submeto o presente relatório ao Exmo. Prefeito para as providências que houver por bem determinar.

Serrana, 26 de maio de 2025.

Fabício Segantini Pizzo

Controle Interno Municipal



Recebido em 27/05/2025



Leonardo Caressato Capiteli
Prefeito Municipal